

## A cidade como ator social – a força da urbanidade

Jaime Oliva

Numa série de conferências o historiador francês Fernand Braudel assim se refere às cidades e a moeda: “... cidades existem desde a Pré-História. São estruturas multisseculares que fazem parte da vida comum. Mas são também multiplicadores, capazes não só de se adaptarem à mudança, como de contribuir poderosamente para ela. Poderíamos dizer que as cidades e a moeda fabricaram a modernidade, mas que também que a modernidade, a massa em movimento da vida dos homens, conforme a regra da reciprocidade... impulsionou a expansão da moeda, construiu a tirania crescente das cidades. Cidades e moedas constituem, simultaneamente, motores e indicadores; provocam e assinalam a mudança. E são também uma consequência da mudança.”<sup>1</sup>

Nem as cidades, tampouco a moeda, têm como matéria física constituinte o corpo humano. A moeda é um mecanismo cuja fisicabilidade foi variando na história até chegar à virtualidade presente. A cidade por sua vez é um conjunto de máxima concentração e de máxima diversidade de objetos geográficos que favorece e acomoda grandes contingentes populacionais em distância mínima e, atua como estimuladora de relações sociais. Seriam atores sociais, mesmo não sendo “gente”? Ambas são produções humanas, cuja matéria principal não é física e sim abstrata. É a intencionalidade humana projetada<sup>2</sup> e incorporada que move essas configurações e as fazem reagir sobre nós. Somos nós em relação conosco mesmos, por meio de nossos objetos e mecanismos. Esse raciocínio torna lógica a afirmação sobre ser a cidade um ator social. E torna também necessário buscar-se uma medida dessa atuação, que ao nosso ver é uma tarefa que pode ser muita bem cumprida pela idéia conceitual de urbanidade.

Um olhar retroativo sobre as cidades vai identificar nelas - e só poderia ser nelas - a gestação e desenvolvimento da linguagem escrita, da ciência, da filosofia, das artes e da

---

<sup>1</sup> Fernand BRAUDEL, *A Dinâmica do Capitalismo*, p. 22.

<sup>2</sup> Jacques Lévy assinala que a intencionalidade (o fato que as ações humanas preexistirem nas representações dos agentes sob a forma de finalidade, de vontade ou de desejo, transformando-os assim em atores), foi paradoxalmente utilizado contra a autonomia das ciências sociais. A intencionalidade constitui de fato uma imensa vantagem sobre as ciências da natureza, que não podem se basear a não ser sobre uma indeterminação geral (uma das significações de acaso, que não tem quase nenhum sentido em ciências sociais, porque seu o contrário é exatamente a intencionalidade).

política. Um bom testemunho histórico disso, vinculado à fundação da civilização ocidental, é a Grécia antiga. Ao estudar os gregos Jean-Pierre Vernant ofereceu-nos uma elaboração que ressalta a importância da cidade - como ator social - no desenvolvimento dessa civilização. Em seu estudo sobre a organização política, a partir das reformas de Clístenes em Atenas, quando a organização gentilícia é substituída pelo princípio territorial na nova organização da cidade ele afirma: *‘O centro traduz no espaço os aspectos de homogeneidade e de igualdade, não mais de diferenciação e de hierarquia. A esse novo espaço que a polis instaura corresponde uma outra relação com a temporalidade e a criação de um tempo cívico. Esse duplo trabalho de homogeneização para se contrapor às divisões, facções e clientelas rivais que enfraquecem a cidade está, sem dúvida, na base de uma transformação completa das categorias mentais do homem grego. O advento da filosofia grega, da razão, não resultou, portanto como pensa Lévy-Strauss de puro fenômenos contingentes; ela é, de fato, ‘filha da cidade’.*”<sup>3</sup>

É lugar comum assinalar que os gregos inventaram a política e a democracia. Mas o que propicia aos gregos serem os inventores da política? Os gregos admitiram que só pode haver vida social se todos os membros de uma comunidade tiverem direitos iguais para gerir os interesses comuns – o que é também um modo de instaurar uma diferença entre o público e o privado. E o que definiria o espaço público? O fato de nesse espaço não se estar submetido à autoridade de nenhum mestre, de não abrir espaço a um poder despótico. Vernant diz não saber qual a origem dessa postura não submissa e igualitária, mas nos assinala que em ruptura com o poder absoluto do rei, os *aristoi* defendem que é preciso depositar o poder no centro da cidade. Com todos morando na periferia (no entorno), logo a igual distância geográfica do centro, ninguém poria as mãos no poder. Essa idéia passa a influenciar a arquitetura e o urbanismo, pois desde essa época, a praça pública situa-se nas cidades gregas ao lado da acrópole, onde se erguem templos – o espaço dos deuses e de outros espaços comunitários – como o estádio, a escola, os banhos. Quando os gregos, a partir do século 8º a.C. começam a fundar colônias no exterior a primeira coisa que fazem é abrir espaço, no centro, para que se possa construir, não um palácio, não uma simples habitação privada, mas o espaço público. No espaço público todos os assuntos de interesse público e comum são regulados dessa maneira, sob a vista de todos. Eis aí a inegável condição de espaço produtivo que a cidade historicamente é.

Jacques Lévy, de quem vamos usar a elaboração sobre a urbanidade, não tem dúvidas em corroborar os historiadores mencionados: *“... isso significa que a cidade... não será somente*

---

<sup>3</sup> Jean-Pierre VERNANT *apud* François, *DOSSE, A história do estruturalismo II*, p.. 256. (A partir de *Mythe et pensée chez les Grecs*, Maspero, 1965, vol. 1., p. 209)

*o produto de um movimento geral, mas também um dos atores desta mutação*".<sup>4</sup> Mas qual seria o papel que esse ator social cumpre no enriquecimento e complexização da condição humana? O ato de relacionar-se e coexistir é a condição universal e fundamento do ser social. Intensificar essas relações com um grau elevado de diversidade<sup>5</sup> (e é isso que define o grau de urbanidade) é algo que a ocorrência das cidades favoreceu e tornou exponencial, por isso podemos nos referir à cidade como espaço produtivo, como ator social. A coexistência permite à cidade ser o lugar do encontro da diferença, o que dá uma chance para que se supere, ao menos em parte, as segregações sociais e econômicas, culturais e étnicas. A possibilidade dessa convivência significa uma aprendizagem progressiva de posturas orientadas pelo entendimento, pelo acordo, pela tolerância. A urbanidade, logo, contém uma dimensão ética, forjada pela necessidade de coexistência pacífica e cotidiana com a diferença. A cidade é então a condição espacial da realização dos valores libertários modernos e da configuração dos direitos do homem. Ela produz a estimulação cultural, ela produz conhecimento. A inteligência não respira e não prolifera em ambientes onde predominam os padrões, a uniformidade de pensamento, que é sempre muito constrangedora. Quando essa produtividade potencial da cidade decai, são as práticas anti-cidade, marcadas pela segregação e uniformização que estão operando e rebaixando a urbanidade.

Um exemplo notável das práticas anti-cidade que rebaixam sua urbanidade está presente no livro *Os últimos intelectuais* de Russel Jacoby. Vamos examinar nesse momento um exemplo complexo e interessante que nos lançará a uma situação em que teremos que optar por uma visão mais relativa ou absoluta do de espaço para realizar uma interpretação geográfica de um processo, associado pelo autor que vamos citar, à transformação de algumas grandes cidades americanas. Trata-se de um estudo sobre a crise da cultura pública norte-americana notada por Russel Jacoby no seu livro *Os últimos intelectuais*.

Para Russel Jacoby a cultura pública decaiu e perdeu pujança quando da transferência dos intelectuais autônomos para as universidades: "Com poucas restrições, no fim da década de 50, os intelectuais americanos escaparam das cidades para os *campi*, dos cafés para as cafeterias".<sup>6</sup> Ele assinala que até esse período "ser intelectual significava, antes de mais, mudar para Nova York ou Chicago, e escrever livros e artigos".<sup>7</sup> Os intelectuais clássicos americanos tinham grande audiência, pois se dirigiam ao grande público com muita facilidade, embora o

---

<sup>4</sup> Jacques LÉVY, *L'espace legitime*, p.329.

<sup>5</sup> As trocas sociais, culturais, individuais, econômicas e políticas são função da diversidade, condição essencial para que exista o que trocar.

<sup>6</sup> Russel JACOBY, *Os últimos intelectuais*, p.27.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p.29.

fizessem sem concessões quanto à profundidade das idéias que defendiam. Eram, em geral, grandes polemistas, críticos e independentes. Não se submetiam a modismos e nem a ninguém.<sup>8</sup> A essa cultura pública Jacoby denominou *inteligência urbana* em razão de sua riqueza estar intimamente relacionada ao tipo de vida que só os centros urbanos (quando possuem certas características) propiciam. Quer dizer, o autor enxerga um vínculo indiscutível (poderíamos dizer uma dialética sócio-espacial) entre a organização do espaço geográfico e o tipo de desenrolar da vida cultural. Em suas palavras: “A vida cultural compõem-se das atividades de intelectuais que não se limitam simplesmente a escrever ou pensar ou pintar, mas que vivem e trabalham em ambientes específicos”.<sup>9</sup> Estaria Jacoby sendo determinista, ou para ele o modo de organizar o espaço é também uma forma de organização da vida social e logo, o espaço seria um componente da sociedade?<sup>10</sup>

De modo metafórico Jacoby afirma que a intelectualidade vai perder qualidade nos “ambientes estéreis” dos *campi* universitários<sup>11</sup>, enquanto que a inteligência crítica era fertilizada nos ambientes urbanos diversificados, em especial nos recantos boêmios. As boemias vivem nas cidades e não é o tamanho destas e sua riqueza econômica que geram de modo inevitável uma boêmia criativa, e sim, na verdade, uma certa atmosfera dada pela estrutura urbana: “meios urbanos precários, com ruas movimentadas, restaurantes baratos, aluguéis razoáveis e arredores decentes, alimentam a boêmia”.<sup>12</sup>Essa conjunção geográfica (urbana), com diversidade, pode ser prejudicada por decadência econômica - ou valorização - que tende a levar as localidades à homogeneidade, ou então projetos de renovação urbana com essência padronizadora<sup>13</sup>, vias expressas, o processo de suburbanização etc. Com a decadência dos bairros de muita vitalidade urbana (bairros boêmios inclusos) os praticantes de atividades intelectuais tendem a se dispersar esgarçando a rede de contatos: “A diferença é crucial: uma centena de artistas, poetas e escritores com famílias e amigos em dez quarteirões da cidade significa uma coisa; espalhados por dez estados ou dez cidades universitárias, trata-se de algo muito diferente”.<sup>14</sup> Não é preciso acrescentar nada para afirmar que uma dada

---

<sup>8</sup> *Ibid.*, p.30.

<sup>9</sup> Russel JACOBY, *Os últimos intelectuais*, p.34.

<sup>10</sup> É bom deixar claro que o livro de Jacoby busca analisar as causas da decadência intelectual americana. Chega à questão das cidades naturalmente, sem ter como objetivo discutir qualquer aspecto teórico relacionado tanto à cidade quanto ao espaço.

<sup>11</sup> Situação em que o trabalho intelectual muda de público orientando-se de modo deformado para os pares e para a carreira, conforme vai sustentar Russel Jacoby ao longo do seu texto.

<sup>12</sup> Russel JACOBY, *Os últimos intelectuais*, p. 40.

<sup>13</sup> Sobre isso a segunda parte desse texto tratará.

<sup>14</sup> Russel JACOBY, *Os últimos intelectuais*, p. 33.

organização do espaço implica numa tessitura relacional própria e que os resultados sociais dessa tessitura são diversos e, de algum modo, função do espaço, urbano no caso. Espaço como sujeito? Poderia-se afirmar que o espaço, nesse exemplo, é apenas uma derivação de forças econômicas mais determinantes (“de maior teor ontológico”). Mas é pertinente se afirmar que o econômico também tem uma dimensão de derivado de outras variáveis, como assinala Eric Hobsbawm no trecho citado anteriormente sobre globalização. Por outro lado não nos parece que afirmar a importância da estruturação do espaço urbana na cultura urbana resulte em identificar a dimensão espacial como uma variável independente. Aliás, esse tipo de objeção (espaço como sujeito) jamais é imputado a outras dimensões da vida social como a política e a economia, por exemplo. Essa objeção só tem uma razão de ser: a recusa em admitir o espaço como uma dimensão social.

O fato é que Jacoby sem ser estudioso da questão urbana, se entrega a uma análise da mudança do perfil intelectual americano e identifica uma decadência subordinada à dispersão geográfica dos intelectuais dos centros de vitalidade urbana pelos *campi* universitários suburbanos. Dessa forma esses intelectuais ficaram alijados de contextos sociais (que são geográficos) ou geográficos (que são sociais) relacionais mais fecundos,<sup>15</sup> tal como o autor se refere: “O declínio da boemia pode ter como consequência não apenas o declínio dos intelectuais urbanos e de sua audiência, mas também o declínio da inteligência urbana”.<sup>16</sup> E para finalizar o exemplo e torná-lo mais apropriado ainda ao desenrolar do nosso tema de pesquisa (e não apenas a discussão do espaço geográfico), vale a pena atentar para uma das explicações de Jacoby sobre as razões da decadência dos centros urbanos e, por conseguinte da inteligência urbana: para ele o desaparecimento da boemia é consequência da expansão dos subúrbios, “a boemia e o subúrbio não estão relacionados por causa e efeito; antes, eles expressam aspectos diferentes da mesma constelação, a da cidade sob o domínio do automóvel. Nos anos 50, as cidades se tornaram indesejáveis ou inabitáveis, e as novas vias expressas permitiram à população que possuía automóveis delas escapar desvitalizando assim os bairros centrais e suas vizinhanças”.<sup>17</sup> *América Urbana - do centro urbano para nenhuma cidade*<sup>18</sup> de David R. Goldfield e Blaine A. Brownell é um livro de expressivo que representa muito bem o que significou a suburbanização. A população dirigiu-se para “cidade alguma”, mas foi de automóvel. Na realidade com a decadência dos centros urbanos “a geografia – cultural e

---

<sup>15</sup> É claro que afirmar que o um centro urbano com diversidade fecunda a vida intelectual de modo mais rico pressupõe uma concepção de cidade, tema esse que será tratado numa outra parte desse texto.

<sup>16</sup> Russel JACOBY, *Os últimos intelectuais*, p. 43.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>18</sup> *From Downtown to No Town*

física – oferece poucos refúgios para os intelectuais que buscam alternativas para os *campi* urbanos ou suburbanos.”<sup>19</sup> Poderia se apor de modo depreciativo, nesse caso, que agora Jacoby arrumou mais um outro sujeito não social para explicar um fenômeno do espírito e da cultura, que é o declínio intelectual dos EUA: o automóvel. Assim cidade, subúrbio, espaço e automóvel como elementos moldadores da cultura (mais pública, mais restrita) corresponderiam a formas vulgares de determinismo, porque como externalidades estariam agindo sobre a sociedade.

A conseqüência de posições desse naipe, que negam ao espaço geográfico a condição de dimensão social, é relegar os estudos do papel da cidade, do automóvel, enfim do espaço geográfico apenas para um universo técnico, reduzindo o potencial explicativo da dimensão espacial sobre a sociedade a uma mera funcionalidade da vida biológica/social, ou então, com mais sofisticação, à moda de um certo tipo de marxismo que tinha (talvez ainda tenha) muita audiência, para o qual “... a análise espacial deve estar vinculada diretamente às transformações da sociedade produzidas pelo esforço de acumulação de capital e pela luta de classes”.<sup>20</sup> Nessa posição fica nítida que esse “vinculado” é subordinação do espaço geográfico à economia política que concentra toda a densidade ontológica do ser social. Como resultado para boa parte dos marxistas torna-se desnecessário “uma teoria distinta do espaço, em favor de uma análise política e econômica das relações sociais desenvolvidas espacialmente, com base na luta biclassista entre capitalistas e trabalhadores”.<sup>21</sup> A par as motivações de vários tipos para a tomada de posições teóricas que negligenciam o espaço geográfico, uma razão é de maior interesse para nós no desenrolar dessa discussão. Podemos afirmar que a visão espacial que compõe boa parte do pensamento nesse século, mesmo que de forma inconsciente<sup>22</sup>, guarda relações com a formulação de espaço absoluto, o espaço receptáculo, que nada conta nas relações sociais (que ocorrem independente). Daí a constatação da “... geografia e a ecologia urbana convencionais como essencialmente sem espaço, pois se concebe que as relações de localização atuam dentro do espaço – isto é, dentro de um espaço que age como um receptáculo, pressuposto mais freqüentemente como uma planície sem características próprias. Trata-se de uma variante minimalista da teoria da reflexão, que afirma serem os

---

<sup>19</sup> Russel JACOBY, *Os últimos intelectuais*, p. 34.

<sup>20</sup> Mark GOTTDIENER, *A produção social do espaço urbano*, p. 125.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p.126

<sup>22</sup> O que, aliás, é pior, pois os atos inconscientes não geram boa vontade para com as discussões.

processos sociais desenvolvidos no espaço, de forma que o espaço apenas os mantém ou suporta”.<sup>23</sup> Quer dizer: os processos sociais não são eles próprios espaciais.

Retornemos a nossa questão inicial a propósito do trabalho de Russel Jacoby. Nos parece que somente uma outra visão de espaço poderá fornecer condições lógicas e teóricas para trabalharmos a cidade, os subúrbios, o automóvel e o espaço urbano como elementos componentes da sociedade: como produtos e produtores das relações sociais, ou dito de uma forma sintética – *o espaço geográfico como resultado posterior da espacialização das substâncias sociais*. Com essa postura todas as conseqüências de uma dada produção ou organização de espaço são produtos da ação humana, da sociedade, *que é o verdadeiro sujeito do processo*. Mais adiante vamos procurar um aprofundamento lógico e abstrato dessa afirmação, contudo queríamos ainda introduzir uma elaboração a respeito do papel social do espaço que contradita o papel subordinado do espaço, como mero receptáculo, ou então, como externalidade. Trata-se da visão de Henri Lefebvre.<sup>24</sup>

Mas se a cidade possui essa condição de ator social importante no destino de nossa civilização porque ao mesmo tempo tem sido alvo a ausência de debate sobre as cidades, a começar pelo campo filosófico. ANSAY, P. et ANSAY, P. et SCHOONBRODT R. estranham que filósofos tão importantes quanto Habermas e Arendt<sup>25</sup> tenham tratado tão paralelamente a questão do espaço e das cidades. Justo eles que incorporaram em seus sistemas filosóficos a

---

<sup>23</sup> Mark GOTTDIENER, *A produção social do espaço urbano*, p. 125.

<sup>24</sup> São vários os títulos das obras de Lefebvre onde se encontram discussões e posições a respeito. É nossa intenção aprofundar a leitura de sua obra, no entanto para discussão que estamos desenrolando nesse momento, lançamos mão de um texto de Mark Gottdiener no qual há uma discussão sintética da teoria do espaço de Lefebvre.

<sup>25</sup> Os pensamentos filosófico e o social, de um modo geral, consideram a cidade como fenômeno marginal. A sociologia, o pensamento econômico, o urbanismo... Como isso pode ser possível se a cidade significa uma grande interação social com grande diversidade pelo menos em termos potenciais, portanto um ambiente produtivo de novas relações. Como pode a filosofia negligenciar esse espaço logo ela que é filha da cidade e não seria concebida fora da coexistência que essa organização espacial proporciona. O advento da razão que se autonomiza deu uma sensação ao ser humano de existência totalmente separada do lugar, da localização – do espaço e, vê nele externalidade que não repercute sobre ele. O que ganha status como tema de reflexão chave para a filosofia é o Estado. Uma indicação disso é o sentimento anti-urbano da Filosofia pós-hegeliana – de Rousseau a Nietzsche, que se estende para o pós-modernismo. A chance para Filosofia é uma aliança com a cidade – uma alavanca para resistir. A cidade pode emprestar sua forma espacial a filosofia. (ANSAY, P. et SCHOONBRODT R.; *Penser la ville: choix de textes philosophiques; Paris: AAM Editions, s/d*)

temática, central para eles, da comunicação intersubjetiva. Vejamos Habermas referindo-se à dinâmica de produção dos conhecimentos: *"Os conhecimentos humanos, precisará a filosofia da Escola de Frankfurt, se auto-retificam em função de três tipos de interesses trazidos ao conhecimento, e que por assim dizer, a estimulam do exterior: 1. A dominação da natureza pelo trabalho técnico; 2. A expressão de si na comunicação intersubjetiva pela linguagem; 3. A emancipação relativamente às formas de dominação graças à autoreflexão."* (Habermas *apud* ANSAY e SCHOONBRODT, p. 30). Em sua teoria da ação comunicativa Habermas investiga e discute sobre o que seriam as condições iniciais da comunicação sem constrangimento. O constrangimento deve-se ao fato que os atores da comunicação habitam o aqui e agora, e esse contexto, principalmente o do aqui<sup>26</sup>, pode ter as condições favoráveis, ou não, para enunciação. E qual seria o espaço ideal para a enunciação e uma ação comunicativa sem constrangimento? Seria a cidade, carregada de urbanidade: *"não seria a cidade é esse lugar onde se condensam os processos técnicos de dominação da natureza, as formas privilegiadas de expressão de si no agir comunicacional, tornadas possíveis pela multiplicidade dos operadores simbólicos, e essa estimulação à auto-reflexão emancipatória, pela possibilidade de interações lingüísticas freqüentes e diversificadas e de afiliações a grupos múltiplos"*. (ANSAY e SCHOONBRODT, p.31) Para se dar o passo de retorno do pensamento sobre a questão da cidade parece faltar pouco. Afinal ela é o ator oculto que precisa ser revelado, mas para isso é preciso dar nova importância aos enfoques espaciais da realidade social, e talvez, até a geografia pode contribuir para isso se sair de sua letargia teórica.

Até para o próprio desenvolvimento econômico, inclusive e principalmente o capitalismo, a cidade apresentou-se como de importância decisiva. Mercado concentrado, consumo elevado, fez da cidade uma espécie de santuário do valor de troca.<sup>27</sup> A densificação da cidade como mercado permite reduzir os custos de produção como de difusão. Tomando como referência uma visão de economia que de fato se submetesse às racionalidades geradas no conjunto social, a cidade continuaria sendo a base de uma possível e verdadeira democracia econômica. Todavia a racionalidade econômica, pura e a solta, faz uso da concentração e das redes urbanas, mas parece, atualmente, alimentar-se das "irracionalidades" produzidas com o

---

<sup>26</sup> Que é mais importante do que o agora, que é o nosso tempo. O nosso tempo permite potencialmente a livre expressão sem constrangimento, mas não em todo lugar. Daí que o aqui – o lugar, o espaço passa a ser chave.

<sup>27</sup> Fernand Braudel assim como muitos outros autores, demonstram o peso decisivo de Londres, por exemplo, no desenrolar da Revolução Industrial. Não foi essa renovação econômico que dinamizou Londres, antes o contrário. (BRAUDEL, 1985)

rebaixamento da urbanidade. A cidade com muita urbanidade, inimiga da uniformização<sup>28</sup>, impõe ao capitalismo certos constrangimentos, que acaba por situá-lo numa posição de avesso à urbanidade.

A cidade (ator social) cujo conteúdo de urbanidade vem sendo rebaixado, marginalizada pela indigência das discussões que a relegam para condição de fisicalidade externa, não deixa de ser ator, não deixa de interferir no destino social só porque estaria sendo vítima de uma metropolização anti-urbana. As repercussões de cidades com a contiguidade violentada por redes geográficas que esgarçam a sociabilidade rica propiciada pela urbanidade no conjunto social são notórias, “para o bem e para o mal”. Reconstituir a urbanidade pode ser objeto de ações programáticas, mas não pode ser programas subordinados à lógicas racionais, tais como o urbanismo científico, em que o termo científico é adicionado e funcionava mais como etiqueta ideológica, tal a pobreza de discussão teórica que o acompanhava.

*ANSAY e SCHOONBRODT acreditam que os caminhos para a defesa da urbanidade encontram-se no plano político, “pois reconstruir a urbanidade é essencialmente estabelecer ou restabelecer um poder urbano capaz de produzir e de gerir, com maior autonomia possível, as formas de cidade e suas funções sociais, culturais, econômicas, a fim de que seus habitantes desfrutem da liberdade que a cidade dá. Sabemos entretanto, com precisão, que a produção da cidade se inscreve num complexo de relações externas de alcance cultural, financeiro, político, técnico. O desejo de autonomia da cidade a coloca face a todos os seus condicionamentos externos. E, é preciso lembrar, a ordenação atual da cidade responde as exigências que impregnam a orientação de toda a história da cidade enquanto lugar produzido. Todos os mecanismos estão simultaneamente presentes, mas alguns têm mais peso do que outros.”*

## Bibliografia

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa, Editorial Teorema, 1986, 2ª ed. 123 p.

---

<sup>28</sup> A sociedade urbana está obrigada a resistir à tentativa de totalização operada pelo binômio técnica/mercadoria, para continuar sendo cidade.